

Safrá 2009/10 |

# Margens apertadas

EM COMPARAÇÃO à temporada passada, o cenário de preços e custos de produção para a atual safra 2009/10 deve resultar em margens de lucro menores para pelo menos quatro (algodão, arroz, feijão, milho e trigo) das principais lavouras brasileiras. A exceção é a soja, carro-chefe da produção nacional.

A projeção oficial combina riscos atrelados a preços futuros em baixa e câmbio desfavorável em 2010. Os produtores estão em estado de alerta. Como as perspectivas das culturas apresentaram queda na receita bruta, a intervenção do governo na sustentação dos preços agrícolas terá de ser mais rigorosa. As pressões também se estendem para uma nova e maior proteção no seguro rural.

## Cresce intervenção

O governo federal executou em 2009, por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), R\$ 2,88 bilhões em operações da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), 87,3% de R\$ 3,3 bilhões disponíveis. Os recursos foram aplicados na compra de produtos por meio da Aquisição do Governo Federal (AGF) e contratos de opção, na manutenção de estoques, tributos e despesas com armazenagem.

Com a PGPM, o governo assegura renda ao agricultor, garantindo a compra de seus produtos pelo preço mínimo, forma estoques e regula o abastecimento interno. As aquisições de 2009 somaram mais de 5,3 milhões de toneladas de produtos: milho (4,1 milhões de toneladas), trigo (506 mil toneladas), arroz em casca (470 mil toneladas), feijão (172 mil toneladas),

sisal (10 mil toneladas), café (9 mil toneladas), sorgo (6 mil toneladas) e fécula de mandioca (mil toneladas).

O volume de compras do ano passado foi 339% superior ao de 2008. Isso ocorreu porque os preços dos produtos, principalmente de milho, trigo, arroz e feijão, estavam abaixo dos valores amparados pela PGPM, que é utilizada pelo governo federal para promover a regulação do mercado agrícola e garantir renda aos produtores. A sua aplicação reduz o risco de instabilidades no agronegócio, a partir da fixação de preços mínimos para os produtos. Os principais instrumentos são a Aquisição do Governo Federal (AGF), o Contrato de Opção, o Empréstimo do Governo Federal (EGF), a Venda em Balcão, o Prêmio para o Es-

coamento de Produto (PEP) e o Valor de Escoamento de Produto (VEP).

## Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)

Ano	Milhões de t	Valor (R\$ milhão)
2006	2,6	938
2007	0,8	655
2008	1,2	984
2009	5,3	2.880

Nota: Inclui atividades correlatas à conservação, remoção, comercialização, encargos e comissões  
Fonte: Conab

Os produtores rurais engrossam o coro de reclamações contra o real forte. Sem os preços internacionais recordes de antes da crise, a valorização da moeda

## Receita e custo de produção na safra 2009/2010 (R\$/sc)

Cultura	Município	Custo total *	Preço médio	Diferença
Arroz	Pelotas - RS	33,57	31,14	- 2,43
	Cachoeira do Sul - RS	29,06		2,08
Feijão	Unaí - MG	48,01	60,50	12,49
Milho	Rio Verde - GO	18,68	13,84	- 4,84
	Unaí - MG	19,42	16,80	- 2,62
	Sorriso - MT	17,13	6,00	- 11,13
	Campo Mourão - PR	18,36	14,56	- 3,80
	Passo Fundo - RS	21,66	17,16	- 4,50
Soja	Rio Verde - GO	32,17	36,33	4,16
	Unaí - MG	29,71	28,30	- 1,31
	Sorriso - MT	35,50	37,57	2,07
	Campo Mourão - PR	34,73	38,68	3,95
	Passo Fundo - RS	32,98	38,68	5,70

Fonte: CNA/Esalq/Ufla (mês de referência: janeiro). \* Custo operacional efetivo

prejudica a rentabilidade das exportações agrícolas.

### Direito ao seguro rural

Entidades rurais se articulam para viabilizar o plantio das chamadas culturas de inverno, com o objetivo de pressionar o governo federal a revisar o orçamento destinado ao seguro rural, utilizado no caso de danos provocados por intempéries climáticas, em 2010.

A solicitação é para que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) encaminhe para o Congresso Nacional um projeto de lei que prevê a suplementação do financiamento do seguro rural previsto para 2010.

Acontece que parte do subsídio (cerca de R\$ 90 milhões) será usada para cobrir apólices adquiridas por 30 mil agricultores em 2009, mas que serão pagas apenas este ano. Como o governo federal autori-

### Valor total da subvenção federal – seguro rural

Ano	2010	2011	2012
Valor em R\$ milhões	451	570	680

Fonte: Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural

zou a liberação imediata do valor da dívida a ser pago às seguradoras, o MAPA incluiu na verba de 2010 o pagamento desses recursos.

Assim, a chamada subvenção ao prêmio das apólices para 2009 ficou em R\$ 238 milhões. Certamente a lei orçamentária anual de 2010 sofrerá nova pressão, pois a demanda prevista poderá passar de R\$ 600 milhões.

Apesar de garantir o pagamento das seguradoras que deixaram de receber o dinheiro que cobriria o subsídio das apólices emitidas, a medida refletirá na falta de recursos para a demanda da safra de inverno, que será preterida pelas segura-

doras, pois tem um custo maior na contratação e oferecem mais risco.

O crescente número de pedidos comprova que o seguro rural começa a criar raízes no campo. Os valores previstos pelo Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural, que constam do Plano Trienal do Seguro Rural (PTSR) de 2010 a 2012, já ficaram para trás.

Enfim, uma política agrícola eficiente se faz com crédito acessível e seguro com subvenção e fundo de catástrofe. Sem o mecanismo de seguro, quando ocorre perda por ordem climática, o produtor fica sem receita e sua dívida nos bancos fica difícil de ser quitada. ■

## Produtor Rural: um otimista incorrigível?

Rogério Arioli Silva\*

Um assunto recorrente que suscita inúmeras indagações refere-se ao aumento da produção agrícola brasileira, mesmo em condições de rentabilidade nula e, às vezes, até negativa. Será o produtor rural brasileiro tão alienado economicamente, ou até mesmo incapaz de refletir sobre seus custos de produção? Acreditamos que não, pelo menos na maioria das vezes.

Ocorre que a produção em si representa, para o produtor, um fim em si mesmo, e não um meio pelo qual o objetivo final seja a lucratividade. Parece algo um tanto romântico, porém se trata de verdade incontestável, com todos os seus desdobramentos possíveis. Desdobramentos positivos, no caso da cômoda situação dos governos, que veem as safras abundarem cada vez mais, a despeito da sua inércia no que diz respeito à elaboração de uma política agrícola eficaz. E desdobramentos negativos, no que se refere à sobrevivência do produtor, numa atividade em que a transferência de renda para outros setores da economia torna-se dramática a cada safra que se aproxima.

Exemplos não faltam, e o mais recente é a grande parte da safra de milho ainda a ser comercializada, com os atuais preços extremamente aviltados e o provável aumento da área plantada com a cultura no próximo ciclo.

Falta racionalidade ao produtor rural no momento da tomada de

decisão do plantio, poderíamos imaginar. Porém, como planejar o resultado desta “fábrica a céu aberto” chamada agricultura, na qual inúmeros fatores de produção não podem ser controlados? Também o aspecto técnico não pode ser menosprezado, pois as culturas devem se suceder, visando a aumentos de produtividade e controle de pragas e doenças.

Nos países desenvolvidos, o governo garante a renda do produtor, impondo até mesmo a redução da área plantada desta ou daquela cultura, o que não ocorre em nosso país. Este fato acaba jogando todo o “ônus da abundância” no colo do produtor, com todos os efeitos nefastos que estamos acostumados a ver ano após ano.

Do ponto de vista do produtor não é recomendável continuar esperando eternamente uma política agrícola proativa, mas, talvez, por meio de suas entidades representativas pensar em regular a oferta de produtos pelo compromisso de produzir apenas o que o mercado demanda. O governo, por sua vez, precisa parar de tratar a abundante produção brasileira como um “problema”, até por respeito àqueles bilhões de pessoas que sofrem de restrição alimentar ao redor do mundo.

\* Produtor rural em Mato Grosso